

Especial

Mercado de Seguros
entra em 2026
pressionado
por mudanças

PÁGINA 5

PELO TELEFONE

Lula fala com
Trump e pede
mudanças
em Conselho

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou ontem, com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No diálogo, Lula apresentou a Trump a proposta para que o Conselho de Paz sugerido pelo norte-americano se limite à questão de Gaza e preveja um assento para a Palestina. Não houve uma resposta por parte do presidente brasileiro em relação ao convite para integrar o grupo, no entanto. A informação sobre a conversa entre Lula e Trump foi confirmada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) em nota divulgada ontem. A conversa foi por volta das 11h e durou cerca de 50 minutos, segundo a Secom.
PÁGINA 8

PROGRAMA

Rio tem 200
mil famílias
‘vivendo’ com
Gás do Povo

O governo federal começou, ontem, a segunda etapa de implementação do Programa Gás do Povo. A medida vai atender 203.994 famílias no estado do RJ, por meio do fornecimento gratuito do vale para recarregar o botijão de gás de cozinha. Nesta segunda fase, o programa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, chega a famílias de 17 capitais. Em novembro, foi realizada a 1ª concessão do Gás do Povo para quase um milhão de famílias em dez capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), São Paulo (SP), Salvador (BA) e Teresina (PI).
PÁGINA 5

2025

Contas externas têm saldo
negativo de US\$ 68,8 bilhões

As contas externas do país registraram saldo negativo em 2025, chegando a US\$ 68,791 bilhões, informou o Banco Central (BC) ontem. O valor representa 3,02% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), o que, segundo o BC, é similar ao resultado do ano anterior considerando a magnitude da economia brasileira. Em 2024, o déficit foi de US\$ 66,168 bilhões (3,03%

do PIB) nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de aumento no déficit até fevereiro de 2025, com a expansão da demanda interna.
PÁGINA 2

CONGONHAS



LULA MARQUES/ABRASIL

Ministro cobra
solução para
vazamento de
água em mina

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), enviou ontem um ofício à Agência Nacional de Mineração (ANM) para cobrar uma solução imediata e efetiva para o extravasamento de água ocorrido em uma mina da Vale, chamada Viga e que fica em Congonhas, no interior de Minas Gerais. Segundo a prefeitura de Congonhas, não houve vítimas, mas o episódio causou danos ambientais, já que o extravasamento atingiu o Rio Maranhão. No ofício encaminhado à ANM, o ministro cobrou uma solução efetiva para o problema, inclusive citando “a interdição da operação, se preciso for, para garantir a segurança das comunidades locais e a proteção do meio ambiente”.
PÁGINA 6

FRAUDE FINANCEIRA

Partido aciona PGR e PF contra
Toffoli por ação no caso Master



STF

A bancada do Partido Novo protocolou ontem uma notícia-crime na Procuradoria-Geral da República (PGR) e uma Comunicação de Fatos à Polícia Federal (PF) contra o ministro Dias Toffoli (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares apontam uma interferência atípica do magistrado na condução de investigações envolvendo o Banco Master. As representações foram assinadas pelo deputado Marcel van Hattem (RS), líder do partido na Câmara, pela deputada Adriana Ventura (SP) e pelo senador Eduardo Girão (CE). Nos documentos, o grupo pede a apuração de possíveis irregularidades relacionadas à atuação do ministro no caso.
PÁGINA 7

CASO MASTER

FGC alerta
para golpes
ligados a
indenizações

Desde o início do pagamento das indenizações a correntistas e investidores do Banco Master, golpistas têm se aproveitado da busca por ressarcimentos para aplicar fraudes. O alerta foi feito pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no último sábado, em nota conjunta com entidades representativas do sistema financeiro. O FGC começou na segunda-feira passada a liberar os pagamentos a clientes do Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro do ano passado. Desde então, foram identificadas tentativas de golpes que usam indevidamente o nome do fundo, de bancos e até de órgãos públicos. Segundo o comunicado, os golpes identificados nos últimos dias utilizam o nome do FGC.
PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA -0,01% / 178.838,22 / -20,32 / Volume: 31.200.573.437 / Negócios: 4.506.335											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas					
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
GOLL54	10,28	+0,69	+0,07	PDGR3	3,47	+74,37	+1,48	BRSR5	17,50	-9,33	-1,80
COGN3	4,55	+3,17	+0,14	RCSL4	7,06	+26,98	+1,50	BDLL4	6,12	-7,27	-0,48
BBA53	24,40	+0,49	+0,12	NORD3	4,85	+22,78	+0,90	CALJ3	16,00	-7,25	-1,25
B3SA3	15,68	-0,88	-0,14	SOND6	64,00	+16,32	+8,98	RSID3	1,60	-6,98	-0,12
PETR4	35,36	+0,91	+0,32	MGEL4	6,84	+11,22	+0,69	WEST3	5,130	-5,87	-0,320

Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo	
Fechamento		R\$ 1.412,00		-0,01% (dez.)		Compra: 6,3462	

MERCADOS

Bovespa faz pausa após série de recordes históricos; dólar cai

POR LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Descolado do avanço de Nova York na sessão, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana de Copom e Fed em modo pausa, após a escalada da semana passada, em que renovou recordes, intradia e de fechamento, da terça-feira em diante. Após encerrar a terça na marca inédita de 166 mil pontos, o Índice Bovespa buscou e alcançou os 180 mil ainda durante a sessão de sexta-feira passada. Ontem, mais acomodado, oscilou dos 177.694,22 até os 179.543,03 pontos, saindo de abertura aos 178.859,11 pontos.

O giro financeiro se manteve forte nesta abertura de semana, a R\$ 31,2 bilhões ontem. No mês, o Ibovespa ainda avança quase 11% (10,92%). No fechamento, mostrava leve perda de 0,08% na sessão, aos 178.720,68 pontos.

O relativo equilíbrio do índice da B3 foi obtido pelo avanço de Petrobras (ON +0,34%, PN +0,91%), mesmo na contramão do ajuste negativo do petróleo na sessão, em Londres e Nova York. As ações do setor financeiro em geral chegaram a se enfraquecer do meio para o fim da tarde desta segunda-feira, mas conseguiram se recuperar, com a prin-

cipal delas, Itaú (PN +1,33%), ainda à frente no fechamento.

Por outro lado, Vale ON (-2,29%), a ação de maior peso individual no Ibovespa, e o setor metálico como um todo recuaram desde mais cedo neste começo de semana, ainda acumulando ganhos gordos neste início de ano: a mineradora, por exemplo, sobe 15,44%, cotada a R\$ 83,07 no fechamento desta segunda.

Na ponta vencedora na sessão, Localiza (+3,59%), WEG (+3,49%) e Cognia (+3,17%). No lado oposto, além de Vale, apareceram MBRF (-3,57%) e Cemig (-2,48%). diz Nicolás Merola, analista da EQI Research.

DÓLAR

O dólar atingiu sua menor cotação intradia desde junho de 2024 ontem, a R\$ 5,2612, na esteira do enfraquecimento global da divisa americana e com carry trade ainda atrativo. Contudo, o movimento perdeu força no fim da tarde diante da queda no preço das commodities e de uma pausa no rali do Ibovespa, indicando fluxo estrangeiro menor.

O dólar à vista fechou em queda de 0,12%, a R\$ 5,2797, menor cotação desde 11 de novembro de 2025, acumulando recuo de 3,81% em janeiro.

PRE-SAL DE CAMPOS

ANP rejeita pedido da Equinor e mantém Raia como campo único

DENISE LUNA/AE

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) manteve, por unanimidade, a classificação do campo de Raia, no pré-sal da bacia de Campos, como um único campo de petróleo e gás, rejeitando assim o recurso da Equinor, líder do campo, que queria dividir o ativo em Raia Manta e Raia Pintada.

Com a decisão, anunciada na reunião desta segunda-feira, a estatal norueguesa teve de reenviar um plano de desenvolvimento já unificado, atendendo à exigência regulatória. O plano também foi aprovado na reunião desta segunda.

A manutenção da área como único campo pode elevar a carga tributária. Apenas campos com grande volume de produção pagam Participação

Especial, que pode chegar a 40% da receita líquida sobre volumes trimestrais de produção.

O diretor da ANP e relator do processo, Pietro Mendes, ressaltou que os reservatórios pertencem ao mesmo bloco exploratório BM-C-33, no pré-sal da bacia de Campos, e "contam com previsão de compartilhamento de uma única unidade de produção" e, portanto, formam "um projeto integrado de desenvolvimento de produção".

Operado pela Equinor (35%), com Repsol Sinopec Brasil (35%) e Petrobras (30%) como sócias, Raia tem produção estimada para o primeiro semestre de 2028, reservas recuperáveis de 1 bilhão de barris de óleo equivalente (boe), uma plataforma do tipo FPSO de 126 mil barris/dia, e um gasoduto capaz de escoar 16 milhões de m3/dia de gás natural.

Nota

BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 252 MILHÕES NA QUARTA SEMANA DE JANEIRO

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 252 milhões na quarta semana de janeiro. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,202 bilhões e importações de US\$ 4,950 bilhões. Com o resultado positivo da quarta semana, o mês de janeiro acumula superávit de US\$ 3,836 bilhões. A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial fique entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões neste ano.

2025

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 68,8 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do país registraram saldo negativo em 2025, chegando a US\$ 68,791 bilhões, informou o Banco Central (BC) ontem. O valor representa 3,02% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), o que, segundo o BC, é similar ao resultado do ano anterior considerando a magnitude da economia brasileira. Em 2024, o déficit foi de US\$ 66,168 bilhões (3,03% do PIB) nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha (foto), as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de aumento do déficit até fevereiro de 2025, com a expansão da demanda interna, mas se estabilizaram até novembro, com redução em dezembro. É o maior déficit para o ano desde 2014, quando chegou a US\$ 110,5 bilhões.

Ainda assim, segundo Rocha, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos e estoque de boa qualidade. Os investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 77,676 bilhões em 2025.

"Isso reafirma uma situação de contas externas bastante sólidas", afirmou o chefe do Departamento de Estatísticas do BC. Rocha destacou ainda que a corrente comercial do país aumentou em 2025, com recorde em exportações e importações, o que mostra a maior integração do país na economia internacional. Com isso, houve uma "ligeira redução" no superávit comercial, de US\$ 5,9 bilhões.

O resultado foi compensado parcialmente pela redução de US\$ 2,2 bilhões no déficit em serviços e pelo aumento de US\$ 1 bilhão no



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

superávit de renda secundária. Já o déficit em renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) manteve-se no patamar observado em 2024.

Os resultados do ano passado foram divulgados pelo BC com a consolidação dos dados de dezembro de 2025, quando as transações cor

FRAUDES

FGC alerta para golpes ligados a indenização do Banco Master

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Desde o início do pagamento das indenizações a correntistas e investidores do Banco Master, golpistas têm se aproveitado da busca por ressarcimentos para aplicar fraudes. O alerta foi feito pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no último sábado, em nota conjunta com entidades representativas do sistema financeiro.

O FGC começou na segunda-feira passada a liberar os pagamentos a clientes do Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro do ano passado. Desde então, foram identificadas tentativas de golpes que usam indevidamente o nome do fundo, de bancos e até de órgãos públicos.

Segundo o comunicado, os golpes identificados nos últimos dias utilizam indevidamente o nome do FGC, de bancos e de órgãos públicos. Entre as práticas já mapeadas estão:

- Envio de e-mails, mensagens e outras comunicações falsas

- que simulam contatos institucionais;
- Divulgação de links, páginas e aplicativos fraudulentos, criados para induzir vítimas a fornecer dados pessoais, bancários ou cadastrais;
- Pedido de pagamentos indevidos ou antecipados, sob falsas promessas de benefícios, liberação de valores ou agilização de processos;
- Uso indevido de ferramentas de recuperação de senha e disparo de mensagens com links maliciosos;
- Circulação de aplicativos não oficiais em plataformas digitais, que comprometem a segurança das informações.

RECOMENDAÇÕES

O FGC e as entidades que assinam a nota orientam os clientes do sistema financeiro a redobrar a atenção e adotar práticas seguras no uso de serviços digitais. As principais recomendações são:

- Buscar informações e confirmações exclusivamente pelos canais institucionais do

- FGC e das instituições financeiras;
- Desconfiar de ofertas que prometem facilidades ou liberação rápida de recursos por supostos prestadores de serviço;
 - Desconsiderar qualquer solicitação de dados pessoais feita por canais não oficiais;
 - Não realizar pagamentos de qualquer tipo de taxa para o recebimento da garantia;
 - Não clicar em links desconhecidos;
 - Não baixar aplicativos fora das lojas oficiais.
- “Essas tentativas de fraudes têm como finalidade comprometer a segurança dos usuários e lhes causar prejuízos. A prevenção depende da atenção e da adoção de práticas seguras no uso de serviços digitais”, afirma a nota.
- Segundo o balanço mais recente, até o fim da tarde de sexta-feira (23), o FGC havia pago R\$ 26 bilhões em indenizações a correntistas e investidores do Banco Master, beneficiando 521 mil pessoas

com recursos elegíveis à garantia.

Segundo o fundo, estão sendo processados cerca de 2,8 mil pedidos por hora via aplicativo, o equivalente a 46 solicitações por minuto. O número de indenizações pagas até o momento representa 67,3% da base de clientes que devem receber recursos em razão da liquidação do banco.

Com a inclusão do Will Bank, outra instituição do mesmo grupo financeiro liquidada recentemente pelo Banco Central, o valor total de indenizações deve chegar a R\$ 47 bilhões.

Além do FGC, assinaram a nota a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) e a Zetta, que representa fintechs, bancos digitais e empresas de meios de pagamento.

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Empreendedores que desejam aderir ou regressar ao Simples Nacional têm até o próximo sábado para fazer o pedido. O prazo vale tanto para empresas que nunca optaram pelo regime quanto para aquelas que foram excluídas e querem reingressar. Regime que permite o pagamento de tributos de forma simplificada, o Simples é destinado a microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

Para optar pelo regime, a empresa precisa ter Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrição municipal e, quando exigível, inscrição estadual. O pedido é feito exclusivamente pela internet, no Portal do Simples Nacional, com acesso por certificado digital ou código de acesso.

Após o pedido, o sistema faz uma verificação automática de pendências com a Receita Federal, os estados e os municípios. Se não houver irregularidades, a opção é aprovada. Caso existam débitos ou inconsistências, o pedido fica “em análise” até a regularização. O acompanhamento pode ser feito no próprio portal. O resultado dos pedidos está previsto para a segunda quinzena de fevereiro.

Empresas que já estão no Simples e não foram excluídas permanecem automaticamente no regime, sem necessidade de novo pedido. Entre os principais motivos de exclusão estão débitos tributários, excesso de faturamento, falta de documentos, parcelamentos pendentes e o exercício de atividades não permitidas.

desde que regularizem todas as pendências até 31 de janeiro e façam novo pedido. A Receita Federal permite a regularização por meio de pagamento à vista, parcelamentos ou transações. Se o pedido for aprovado, o retorno ao regime tem efeito retroativo a 1º de janeiro.

Débitos com a Receita devem ser negociados pelo Portal do Simples Nacional; dívidas inscritas na Dívida Ativa da União, pelo Portal Regularize. Pendências estaduais ou municipais devem ser resolvidas diretamente com o órgão local. Quem perder o prazo só poderá pedir nova adesão em janeiro de 2027. Nesse período, a empresa passa a outro regime de tributação, como Lucro Presumido ou Lucro Real.

SITUAÇÃO DOS MEI

Os MEI excluídos do Simples e desenquadrados do Simples também têm até 31 de janeiro para regularizar pendências e pedir o retorno. O primeiro passo é verificar a situação do CNPJ no Portal do Simples. Em seguida o microempreendedor deve quitar ou parcelar débitos no Centro Virtual de Atendimento da Receita (e-CAC), com acesso via Gov.br.

Após regularizar os débitos, o MEI deve pedir a opção pelo Simples Nacional e, em seguida, o reenquadramento no Simples. Os pedidos são analisados de forma sequencial, e o enquadramento como MEI depende, obrigatoriamente, da aprovação prévia no Simples Nacional.

O Ministério do Empreendedorismo recomenda o acompanhamento diário do pedido, já que eventuais pendências apontadas durante a análise precisam ser resolvidas dentro do prazo legal para garantir a volta ao regime simplificado ainda neste ano.

APOSENTADORIAS

INSS não deixará de pagar a quem não tem nova identidade

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As redes sociais foram inundadas ontem com notícias falsas de que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deixará de pagar aposentadoria a quem não tem a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Na verdade, nada muda para quem já recebe os benefícios atuais.

Em novembro, o INSS iniciou um processo que exige a biometria digital para os pedidos de novos benefícios, sem afetar os benefícios atuais. Na fase atual, a biometria é exigida apenas para os pedidos de futuras aposentadorias e pensões, com o INSS podendo usar os dados biométricos tanto da CIN, como da carteira de habilitação e do título de eleitor.

A partir de 1º maio, a biometria digital passará a ser obrigatória para os novos pedidos de salário-maternidade, benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e pensão por morte. Também a partir dessa data, quem pedir qualquer benefício do INSS e não tiver biometria em nenhum desses documentos precisará emitir a CIN para dar andamento ao pedido. No entanto, as biometrias do título de eleitor e da carteira de motorista continuarão aceitas.

Somente a partir de 1º de janeiro de 2028, a CIN será o único

documento exigido para pedidos e manutenção de benefícios do INSS. O órgão informará tudo aos segurados por meio do aplicativo e do site Meu INSS e também nos postos de atendimento.

MANUTENÇÃO

Segundo o governo federal, aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios em manutenção não precisarão tomar nenhuma providência imediata. A implementação para esse público será gradual e não haverá bloqueio automático de pagamentos.

Caso o INSS identifique a necessidade de atualização biométrica de algum

RACISMO

Ministério Público move ação contra Shopping Higienópolis

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Paulo entrou com uma ação contra o Shopping Pátio Higienópolis, da capital paulista, por um episódio de racismo praticado por seguranças do estabelecimento contra três adolescentes negros alunos do Colégio Equipe.

O caso de racismo ocorreu em abril do ano passado, quando dois alunos negros da instituição do ensino foram almoçar com amigos no shopping, que fica em um bairro nobre da cidade. Enquanto estavam na praça de alimentação, uma funcionária terceirizada, encarregada de fazer a segurança do centro comercial, abordou uma estudante branca que almoçava com eles questionando se eles estavam pedindo dinheiro a ela. A adolescente respondeu que eram seus amigos e perguntou à segurança se o questionamento estava relacionado à cor da pele dos adolescentes.

O Ministério Público abriu um inquérito civil para investigar a conduta do shopping.

Após reuniões entre o promotor do caso e representantes do estabelecimento, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi redigido, mas não houve assinatura do shopping no prazo estabelecido.

Desta forma, o Ministério Público entrou nesta semana com uma ação civil pública solicitando que o shopping amplie o núcleo social, que deve ser composto por assistente social e psicólogo e funcionar durante o horário de abertura do estabelecimento.

Também foi pedido na ação que somente equipes do núcleo social possam abordar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade identificados dentro do shopping e não seguranças ou vigilantes, “salvo em situações de risco iminente à integridade física ou cometimento de ato infracional equiparado a crime”.

O Ministério Público também pediu que o shopping seja condenado ao pagamento de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos e solicitou que o estabelecimento contrate uma consultoria especializada em combate ao racismo em espaços públicos.

ZONA NORTE

Homem que tentou matar ex com duas armas é preso

GEOVANNA HORA/AE

A Polícia Militar do Estado de São Paulo prendeu ontem, o suspeito de atirar contra a ex-companheira na pastelaria onde ela trabalhava, no bairro do Tremembé, na zona norte da capital paulista, no fim do ano passado.

Segundo a corporação, os policiais faziam patrulhamento preventivo na região do Jardim Campo Limpo, também na zona norte de São Paulo, quando receberam a informação de que Bruno Lopes Fernandes Barreto, de 36 anos, estaria nas proximidades.

O homem foi localizado na Rua São José Operário, mas resistiu à abordagem e tentou fugir a pé. A PM informou que, durante a tentativa de fuga, o sus-

peito descartou uma arma.

Os policiais conseguiram alcançá-lo e efetuaram a prisão. Barreto foi levado ao 73º Distrito Policial, do Jaçanã, responsável pela investigação do caso.

Barreto é suspeito de tentar matar a ex-companheira Evelyn de Souza Saraiva, de 38, em 1º de dezembro do ano passado. O crime foi registrado por câmeras de monitoramento.

Nas imagens, a mulher aparece conversando com o suspeito na pastelaria onde trabalha, na Rua Ushikichi Kamiya. Não é possível ouvir com nitidez o teor do diálogo.

Após soltar uma lata de cerveja, Barreto espera alguns segundos antes de sacar duas armas e atirar pelo menos cinco vezes contra a vítima. Quando

Evelyn já está no chão, ele diz: "Você achou que eu estava de brincadeira, né?". Em seguida, o suspeito foge do local.

A vítima foi atingida nas costas e nos membros inferiores e encaminhada ao Hospital das Clínicas pelo helicóptero Águia 12 da PM. À época, a corporação informou que Evelyn estava inconsciente e que seu estado de saúde era estável no momento do resgate.

O Hospital das Clínicas afirmou, em nota enviada ao Estado nesta segunda-feira, que Evelyn recebeu alta ainda em dezembro do ano passado, mas que não está autorizado a fornecer mais detalhes.

FEMINICÍDIOS

O Brasil registrou um novo recorde de feminicídios em

2025, mesmo com os dados de dezembro ainda incompletos, segundo balanço do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foram 1 470 casos no período, o equivalente a quatro vítimas por dia.

O número, ainda que parcial, já supera as 1.464 ocorrências registradas em 2024. O balanço ainda não inclui os feminicídios ocorridos em dezembro em Alagoas, Paraíba, Pernambuco e São Paulo.

Os dados compilados pelo Ministério da Justiça apontam que, desde 2015, quando o feminicídio passou a ser tipificado em lei, foram 13.448 crimes do tipo no Brasil. São Paulo lidera o ranking no período, com 1.774 casos, seguido por Minas Gerais (1 641) e Rio Grande do Sul (1.019).

ENCHENTES

São Paulo registra décima terceira morte causada pela chuva

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Um homem de 75 anos morreu na tarde de domingo passado em uma enchente, na Rua Piata, Vila Guilherme, na zona Norte da capital paulista. Décima terceira vítima das chuvas no estado, tentava retirar seu veículo da via durante uma pancada de chuva, mas foi derrubado por uma enxurrada, arrastado pela correnteza e, preso a outro veículo, não resistiu. Com isso o estado se aproxima do total de mortes por chuvas do verão 2024-2025, quando 18 pessoas perderam a vida em situação semelhante.

A morte, quarta na capital por conta das chuvas desde dezembro último, foi registrada como acidental no 13º Distrito Policial, na Casa Verde. A pancada de chuva atingiu a região no meio da tarde, sendo registrado estado de atenção pelo Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura às 15h35, cerca de 20 minutos antes da fatalidade, vinda do interior do estado, da região de Campinas.

As zonas Leste, onde dois córregos extravasaram, e região norte da Região Metropolitana também foram atingidas. Na cidade de Guarulhos cerca de

uma dezena de bairros foram atingidos. Um homem foi arrastado pelas águas no bairro de Taboão, porém conseguiu escapar com vida.

Os registros de ventos na região também foram intensos, na faixa dos 60 km/h próximo ao aeroporto internacional de Guarulhos e na faixa dos 50 km/h na região de Santana, onde morreu o senhor citado no início desta reportagem.

No estado, até o momento, houve registro de 259 pessoas desabrigadas nessa temporada, das quais 22 continuam nessa situação. A Defesa Civil estadual também registrou 647 desalojados.

A região segue em alerta de perigo para chuvas intensas até a noite desta segunda-feira, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, com possibilidade de acumulados até 100 mm e ventos até 60km/h. O alerta se estende a todo o litoral norte e à faixa leste do estado, até a região de Ribeirão Preto, a Noro

VERÃO:

Sol e nuvens de manhã.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

PROGRAMA

Rio tem 200 mil famílias favorecidas com Gás do Povo

O governo federal começou, nesta segunda-feira, a segunda etapa de implementação do Programa Gás do Povo. A medida vai atender 203.994 famílias no estado do Rio de Janeiro, por meio do fornecimento gratuito do vale para recarregar o botijão de gás de cozinha. Nesta segunda fase, o programa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME), chega a famílias de 17 capitais brasileiras.

As dezessete capitais que não haviam sido contempladas em novembro, na primeira etapa, foram incluídas agora: Aracaju (SE), Boa Vista (RR), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA) e Vitória (ES).

Em novembro de 2025, foi realizada a primeira concessão

do Gás do Povo para quase um milhão de famílias em dez capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), São Paulo (SP), Salvador (BA) e Teresina (PI).

Segundo o governo, com 10 mil pontos de comercialização credenciados em menos de dois meses, uma em cada seis revendas de GLP (gás de cozinha) do país está conectada à iniciativa. Dessa forma, praticamente todas as famílias contam com uma revenda a até 2 quilômetros de sua residência, “numa estratégia que busca eficiência logística e presença territorial, essenciais para combater a pobreza energética.”

“O benefício alivia o orçamento familiar dos mais pobres, que podem destinar o dinheiro que gastariam no botijão para comprar alimentos ou suprir outra necessidade básica”, disse, em nota, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

A previsão é de que o Gás do Povo esteja em pleno fun-

cionamento em março, quando 15 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de pessoas) em todos os 5.571 municípios estarão contemplados. A iniciativa também conta com a participação da Caixa Econômica Federal.

“É uma política que leva dignidade, saúde e segurança alimentar a milhões de famílias. Em março, o programa estará em todos os municípios do país, e vai consolidar o maior programa de promoção do cozimento limpo do mundo”, afirmou, em nota, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Para ser elegível, a família deve ser beneficiária do Bolsa Família com pelo menos duas pessoas, ter renda per capita de até meio salário-mínimo e manter o Cadastro Único atualizado nos últimos 24 meses. Além disso, é essencial que o CPF do responsável familiar esteja regular, e que o cadastro não apresente pendências como averiguação cadastral ou indicio de óbito.

De acordo com o Palácio do Planalto, o custo da recarga e a

complexidade de sua distribuição em áreas mais afastadas impediam que muitas residências tivessem acesso à energia limpa e segura. “Com isso, a realidade para muitos era o uso de alternativas precárias, como lenha, carvão e querosene, que expunham mulheres e crianças, principalmente, a ambientes insalubres, marcados por fumaça tóxica e potencial de desenvolver doenças respiratórias, além do perigo de queimaduras”.

APLICATIVO

No *app* “Meu Social - Gás do Povo”, as famílias podem verificar se estão elegíveis, conferir a situação do vale e encontrar revendas credenciadas. Também encontram o telefone e endereço de pontos credenciados, caso a pessoa queira ligar para o estabelecimento e tirar dúvidas.

Há ainda outras três formas de uso do vale para que as famílias atendidas tenham mais condições de acesso ao programa, considerando, por exemplo, casos de pessoas sem acesso à internet ou celular.

PAULA LABOISSIÈRE /ABRASIL

Dados da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) mostram que o número de diagnósticos de câncer de pele no Brasil saltou de 4.237 em 2014 para 72.728 em 2024. A incidência da doença, segundo a entidade, apresenta um padrão regional claro, com os estados do Sul e do Sudeste concentrando taxas mais elevadas.

A projeção nacional, em 2024, foi de 34,27 casos por 100 mil habitantes, ligeiramente abaixo do pico registrado em 2023 (36,28). Em 2024, Espírito Santo (139,37) e Santa Catarina (95,65) lideraram o ranking, seguidos por Rondônia (85,11), que se destacou fora do eixo regional.

Para a SBD, os índices refletem uma combinação de fatores, incluindo maior exposição solar, predominância de pessoas de pele clara e envelhecimento populacional.

Nas regiões Norte e Nordeste, as taxas permanecem mais baixas, embora estados como Rondônia (85,11) e Ceará (68,64) tenham apresentado elevação em 2024.

“Em unidades historicamente marcadas por baixa notificação, como Roraima, Acre e Amapá, o aumento pode indicar avanço na vigilância epidemiológica, ainda que a subnotificação persista, sobretudo em áreas rurais ou de difícil acesso”, avaliou a entidade.

DIAGNÓSTICO PRECOCE

A alta de diagnósticos de câncer de pele no país, segundo a SBD, foi mais expressiva a partir de 2018, quando se passou a exigir o preenchimento do Cartão Nacional de Saúde e da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) em exames para análise laboratorial de células e tecidos coletados para biópsia.

Dados da entidade mostram que usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) têm 2,6 vezes mais dificuldade para agendar uma avaliação com dermatologista quando comparados a usuários da saúde privada.

Para a SBD, ampliar o diagnóstico precoce do câncer de pele depende do aumento da oferta de consultas na rede pública, uma vez que identificar a doença em estágios iniciais eleva as chances de cura e reduz a necessidade de tratamentos mais complexos.

CONSULTAS

Os números mostram que, no SUS, o volume de consultas dermatológicas retornou ao nível pré-pandemia, após queda acentuada em 2020, passando de 4,04 milhões para 2,36 milhões. Nos anos seguintes, houve recuperação gradual, chegando a 3,97 milhões em 2024, próximo da marca de 2019.

Na saúde suplementar, o número de consultas dermatológicas se manteve duas a três vezes acima do SUS, ultrapassando 10 milhões em 2019 e em 2024.

Ainda de acordo com a SBD, entre 2019 e 2024 o número de consultas com especialistas por mil beneficiários variou de 37,96 (2020) a 51,01 (2019), confirmando maior disponibilidade de profissionais no setor privado, onde os usuários tiveram de duas a quase cinco vezes mais acesso a dermatologista.

“Em 2020, essa diferença chegou a 3,4 vezes; em 2024, ainda foi 2,6 vezes maior. Em-

bora nem todas as consultas tenham como objetivo o rastreamento do câncer de pele, o maior volume de atendimentos aumenta a chance de identificar lesões suspeitas precocemente”, destacou a entidade.

“Como o exame clínico visual é a principal porta de entrada para o diagnóstico, essa diferença de acesso pode influenciar diretamente a evolução da doença, especialmente nos casos de melanoma”, complet

LEI ‘JORGINHO MELO’

Entidades vão ao STF para barrar lei de SC que proíbe cotas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades protocolaram ontem ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a lei de Santa Catarina que proíbe a reserva de cotas raciais para ingresso de estudantes em instituições de ensino que recebem verbas públicas do estado.

Além da OAB, a norma também é questionada pelo PSOL, pelo PT, pela União Nacional dos Estudantes (Une), pela Coalizão Negra por Direitos e pela Educafro – associação que luta pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, em universidades públicas ou particular, com bolsa de estudo.

As entidades pretendem suspender a Lei 19.722/2026, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e sancionada pelo governador Jorginho Melo.

A norma permite a reserva de vagas somente para pessoas com deficiência, alunos oriun-

dos de escolas públicas ou com base em critérios exclusivamente econômicos.

Para a OAB, o Supremo já validou a constitucionalidade de políticas afirmativas para ingresso de estudantes por meio de cotas raciais.

"A vedação absoluta imposta pela lei estadual, ao proibir, em bloco, qualquer medida diferenciada voltada à promoção da igualdade material no acesso às funções públicas em universidades, ignora a complexidade das desigualdades e impõe uma concepção rigidamente formalista, já superada pelo constitucionalismo democrático contemporâneo", afirmou a OAB.

As demais entidades acrescentaram que a Corte também definiu que o país tem o dever de combater o racismo estrutural.

"O risco está na manutenção de eficácia dessa lei, o que poderá trazer prejuízos irreversíveis às universidades e, principalmente, à população negra e indígena de Santa Catarina e de todo o país", argumentaram.

APOIO A GOLPISTAS

Manifestantes seguem internados após queda de raio em ato no DF

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) informou que pelo menos quatro manifestantes seguem internados após serem atingidos pela queda de um raio durante uma manifestação de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, realizada neste domingo passado, na Praça do Cruzeiro, em Brasília.

Ao todo, 41 pessoas foram atendidas pela rede pública de saúde. Desse total, 36 já receberam alta hospitalar e uma foi encaminhada para a rede privada.

A SES-DF informou que 14 pacientes receberam os primeiros atendimentos no Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Três permanecem internados na unidade e um foi transferido para o Hospital Santa Marta. Um outro paciente foi transferido, a pedido, para outra unidade da rede privada e não há informação se ele ainda está internado. Os demais já tiveram alta.

Já o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito

Federal (IgesDF) informou que todos os pacientes que deram entrada no Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF) em decorrência do incidente já receberam alta. Das 27 pessoas atendidas na unidade, quatro permaneceram em observação até a manhã desta segunda-feira, 26, sem registro de casos graves.

O raio atingiu a área onde o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) promovia um ato com apoiadores de Bolsonaro (PL). Segundo boletim divulgado pelo Corpo de Bombeiros no fim do dia, 89 pessoas precisaram ser socorridas, 47 foram hospitalizadas e 11 necessitaram de atendimento médico de maior complexidade.

O episódio ocorreu por volta das 13h, na Praça do Cruzeiro, cerca de uma hora após o início da concentração final da caminhada organizada por Nikolas. O grupo percorreu o trajeto de Paracatu (MG) até Brasília ao longo da semana. O evento foi batizado de "Caminhada pela Paz" e integrou o movimento "Acorda, Brasil".

PAPUDINHA

Moraes dá 5 dias para PM apresentar relatório da rotina de Bolsonaro

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) apresente, em até cinco dias, um relatório detalhado sobre a rotina do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) desde sua transferência para o 19º Batalhão da PMDF, conhecido como Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A decisão foi assinada na última sexta-feira, e publicada ontem.

O ex-mandatário cumpre pena de 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do

Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

O ministro determinou que o batalhão envie à Corte um relatório completo contendo informações sobre todas as atividades do custodiado, incluindo visitas de advogados, parentes e amigos, atendimentos médicos, exames, sessões de fisioterapia, atividades físicas, eventuais atividades laborais, leituras e quaisquer outras ocorrências, com as respectivas datas e horários.

Moraes determinou em 15 de janeiro a transferência do ex-presidente da Superintendência da Polícia Federal no DF para a Sala de Estado Maior instalada na Papudinha.

CONGONHAS

Ministro cobra solução para vazamento de água em mina

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (**foto**), enviou ontem um ofício à Agência Nacional de Mineração (ANM) para cobrar uma solução imediata e efetiva para o extravasamento de água ocorrido em uma mina da Vale, chamada Viga e que fica em Congonhas, no interior de Minas Gerais.

Segundo a prefeitura de Congonhas, não houve vítimas, mas o episódio causou danos ambientais, já que o extravasamento atingiu o Rio Maranhão.

No ofício encaminhado à ANM, o ministro cobrou uma solução efetiva para o problema, inclusive citando “a interdição da operação, se preciso for, para garantir a segurança das comunidades locais e a proteção do meio ambiente”.

Silveira determinou ainda a abertura de processo para apuração das responsabilidades e o acionamento dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes para fiscalização e eventual penalização da empresa.

Este é o segundo ofício enviado pelo ministro à Agência Nacional de Mineração. O primeiro foi enviado domingo, quando foi registrado um extravasamento de água com sedimentos em uma cava da mina de Fábrica, também da Vale, localizada entre as cidades de Ouro Preto e Congonhas. Neste caso, o material atravessou o dique Freitas e seguiu carregando sedimentos e rejeitos de mineração, também provocando impactos ambientais, mas sem vítimas. Segundo a prefeitura de Congonhas, houve vazamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral.

Já a prefeitura de Ouro Preto informou que a ocorrência se deu em área rural, afastada do centro histórico e em um local pouco populoso. A administração de Ouro Preto disse ainda que, apesar de não haver vítimas, o extravasamento provocou danos na CSN, promovendo o alagamento de áreas da empresa.

Segundo a CSN, o alagamento ocorreu em áreas de sua unidade Pires, em Ouro Preto. Entre as áreas atingidas estão o almoxarifado, os acessos internos,



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

as oficinas mecânicas e a área de embarque.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O extravasamento de água da cava da mina de Fábrica está sendo apurado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Em nota enviada à Agência Brasil, o MP informou que está acompanhando o caso e que já solicitou informações para as equipes das defesas civis Estadual e das cidades de Congonhas e de Ouro Preto.

O Ministério Público informou que uma equipe do Núcleo de Combate aos Crimes Ambientais (Nucrim) visitou o local ontem e está produzindo

FRAUDE FINANCEIRRA

Novo aciona PGR e PF contra Toffoli por ação no caso Master

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A bancada do Partido Novo protocolou ontem uma notícia-crime na Procuradoria-Geral da República (PGR) e uma Comunicação de Fatos à Polícia Federal (PF) contra o ministro Dias Toffoli (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares apontam uma interferência atípica do magistrado na condução de investigações envolvendo o Banco Master.

As representações foram assinadas pelo deputado Marcel van Hattem (RS), líder do partido na Câmara, pela deputada Adriana Ventura (SP) e pelo senador Eduardo Girão (CE). Nos documentos, o grupo pede a apuração de possíveis irregularidades relacionadas à atuação do ministro no caso.

Com as duas representações protocoladas ontem, Toffoli passou a ser alvo de oito representações relacionadas ao caso. Na semana passada, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, arquivou um pedido para a retirada do ministro da relatoria do caso Master também assinada por parlamentares da bancada do Novo.

Segundo os parlamentares, ao assumir a relatoria do processo, Toffoli teria adotado medidas que extrapolariam os limites da função jurisdicional. Entre os pontos citados, a bancada menciona a decisão do ministro de colocar o caso sob sigilo, transferir o inquérito para o STF por decisão monocrática e concentrar sob sua relatoria atos que, segundo os autores, deveriam permanecer sob condução da PF e do Ministério Público Federal (MPF).

Na Comunicação de Fatos encaminhada à PF, os parlamentares também citam decisões que, segundo eles, interferiram diretamente na dinâmica da investigação, como a determinação de que materiais apreendidos fossem lacrados e mantidos sob guarda do Supremo, além da escolha de peritos



BRUNO PERES/ABRASIL

da PF para atuar no caso

O documento afirma ainda que houve interferência na definição de prazos e na organização de depoimentos de investigados, além da realização de oitivas nas dependências do STF, o que, na avaliação da bancada, teria restringido a autonomia técnica da corporação.

Os parlamentares também mencionam reportagens jornalísticas, incluindo do Estadão, que apontaram vínculos pessoais e familiares envolvendo o ministro e pessoas relacionadas ao núcleo investigado, além de movimentações patrimoniais ligadas a empreendimentos associados à família de Toffoli.

Como revelou o Estadão, o pastor e empresário Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vercaro, é o dono dos fundos de investimento que compraram parte da participação dos irmãos de Toffoli no resort Tayayá, no interior do Paraná.

Segundo o documento, esses elementos, analisados em conjunto, justificariam apuração aprofundada pelos órgãos de controle.

Na notícia-crime apresentada à PGR, o Novo sustenta que

os fatos podem configurar, em tese, crimes como lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial, além da suposta interferência. A bancada pede que o órgão avalie a abertura de procedimento investigatório e a eventual inclusão do ministro no polo das apurações.

"A Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal precisam agir com independência e cumprir seu dever constitucional. A sociedade exige uma resposta clara das instituições de Estado. Este não é um caso que vai ser varrido para debaixo do tapete", afirmou Marcel van Hattem por meio de nota.

Segundo os parlamentares, a iniciativa tem caráter institucional e não político. Eles afirmam que a atuação do Congresso inclui provocar os órgãos de controle sempre que houver indícios de irregularidades envolvendo autoridades da República, inclusive membros do Judiciário.

REPRESENTAÇÕES

A condução do inquérito do Banco Master pelo ministro Dias Toffoli motivou, até o momento, oito representações e

iniciativas formais contra o magistrado em diferentes instâncias, como a PGR, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Senado Federal.

Das oito representações contra Toffoli, cinco são pedidos de suspeição. Enquanto um desses pedidos já foi negado pela PGR, outros quatro aguardam um parecer do procurador Paulo Gonet. Além das arguições para afastar o relator do caso Master, Toffoli é alvo de um pedido de impeachment protocolado no Senado

As medidas incluem pedidos de suspeição, representações administrativas, notícias-crime e pedido de impeachment, que questionam desde possíveis conflitos de interesse até decisões consideradas atípicas do ponto de vista jurídico, além de ligações pessoais e familiares do relator com investigados no caso.

O Novo foi autor de diversas iniciativas relacionadas ao caso. Além disso, o partido informou que vai protocolar um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes na primeira semana após o recesso parlamentar, com apoio de mais de 100 congressistas.

SÃO PAULO

Presidente de OAB diz que caso Master deveria tramitar fora do STF

VANESSA ARAUJO/AE

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo (OAB-SP), Leonardo Sica, afirmou ontem, que a ação envolvendo o Banco Master em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) não deveria estar sob análise da Corte, mas de instâncias inferiores. Para ele, o STF vem sendo progressivamente transformado em um tribunal criminal.

Questionado sobre a condução do ministro-relator Dias Toffoli no caso, Sica evitou comentar a atuação do magistrado, mas reiterou a crítica ao foro da ação.

"Esse caso do Banco Master não deveria estar no Supremo, jamais. Submetê-lo à jurisdição do Supremo Tribunal Federal faz mal ao tribunal", afirmou ao UOL News.

Na avaliação do presidente da OAB-SP, a Corte tem sido desviada de sua função constitucional. "Nós estamos transformando nosso Supremo Tribunal Federal em um tribunal criminal, esse e tantos outros casos criminais não deveriam estar na Suprema Corte, ela é uma Corte constitucional, não penal."

O ministro Dias Toffoli avocou o processo do Banco Master para o STF e assumiu a relatoria. A medida foi tomada após o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA) aparecer em documentos apreendidos. O processo tramitava no TRF-1. Chegou ao Supremo por pedido da defesa do banqueiro Daniel Vercaro, que alegou a presença de autoridade com foro privilegiado e pediu o deslocamento da ação

A OAB-SP enviou na última

sexta-feira, ao presidente do STF, Edson Fachin, uma proposta de resolução para a criação de um Código de Conduta dos ministros da Corte. Em entrevista exclusiva ao Estadão, publicada nesta segunda-feira, Fachin voltou a defender a adoção de um código de ética para as Cortes superiores. Segundo ele, ou o STF se "autolimita", ou "poderá haver limitação de um Poder externo". Apesar da resistência de parte dos ministros, disse haver maioria favorável à medida.

A proposta de resolução de um Código de Conduta dos ministros é apresentada em meio a um momento de desgaste da imagem do STF. A crise se intensificou com a condução da relatoria do caso do Banco Master pelo ministro Dias Toffoli, que tem acumulado decisões e relações contestadas. Entre outros pontos, o magistrado tomou medidas que resultaram em sucessivas interferências no trabalho da Polícia Federal (PF), responsável pela investigação, e passou a ser questionado mais recentemente pela proximidade de parentes com alvos da ação.

O

COSTA RICA

Brasileiro assume presidência da corte de Direitos Humanos

RAYANDERSON GUERRA/AE

O jurista brasileiro Rodrigo Mudrovitsch tomou posse ontem, como presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica. Mudrovitsch foi eleito para comandar o tribunal, em novembro do ano passado. O jurista foi eleito em votação secreta entre os magistrados do tribunal.

Mudrovitsch será o terceiro brasileiro a ocupar a presidência do tribunal, ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA). A chilena Patricia Pérez Goldberg foi eleita vice-presidente.

O mandato do presidente e da vice-presidente se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Integrante do tribunal desde 2022, Mudrovitsch assumiu o posto aos 36 anos e foi um dos mais jovens juízes do tribunal. Em novembro de 2023, foi eleito vice-presidente em decisão interna dos sete magistrados que compõem a Corte.

No ano passado, Mudrovitsch completou três anos como juiz e um ano como vice-presidente. Nesse período, proferiu 31 votos em casos de promoção e proteção dos direitos humanos.

O tribunal é responsável por julgar violações graves cometidas por países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O presidente do Supremo

Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, participou da abertura do ano judicial e da posse na nova junta diretiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica.

Fachin foi o orador principal da conferência sobre o tema "O enfraquecimento do Estado de Direito democrático como fator de violação de direitos humanos".

Em seguida, assinou, com o novo presidente da Corte IDH, o brasileiro Rodrigo Mudrovitsch, um termo de compromisso entre as duas instituições para fortalecer e intensificar a colaboração que já mantém.

QUEM É MUDROVITSCH

O jurista brasileiro Rodrigo Mudrovitsch tomou posse nesta segunda-feira, 26, como presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica.

Advogado e professor, Rodrigo Mudrovitsch é mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília e doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Mudrovitsch leciona temas ligados à Constituição, direitos fundamentais e direitos humanos no IDP.

PELO TELEFONE

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou ontem, com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No diálogo, Lula apresentou a Trump a proposta para que o Conselho de Paz sugerido pelo norte-americano se limite à questão de Gaza e preveja um assento para a Palestina. Não houve uma resposta por parte do presidente brasileiro em relação ao convite para integrar o grupo, no entanto.

A informação sobre a conversa entre Lula e Trump foi confirmada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) em nota divulgada ontem. A conversa foi por volta das 11h e durou cerca de 50 minutos, segundo a Secom.

"Ao comentar o convite formulado ao Brasil para que participe do Conselho da Paz, Lula propôs que o órgão apresentado pelos Estados Unidos se limite à questão de Gaza e preveja assento para a Palestina. Nesse contexto, reiterou a importância de uma reforma abrangente das Organização das Nações Unidas (ONU), que inclua a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança", afirmou.

A crise na Venezuela também foi assunto da conversa entre os dois presidentes. Lula ressaltou a Trump a "importância de pre-



RICARDO STUCKERT/PR

servar a paz e a estabilidade da região e de trabalhar pelo bem-estar do povo venezuelano", disse o governo brasileiro. A Secom não deu informações sobre as respostas do norte-americano sobre esse assunto.

Lula sugeriu, ainda, um encontro presencial entre os dois. Ficou acordado que, após a viagem de Lula à Índia e à Coreia do Sul, no fim de fevereiro, os dois vão definir uma data para esse encontro em Washington.

Os presidentes também "trocaram informações sobre indicadores econômicos dos dois

países, que apontam boas perspectivas para as duas economias", segundo a Secom.

"O presidente Trump afirmou que o crescimento econômico dos Estados Unidos e do Brasil é positivo para a região como um todo. Ambos saudaram o bom relacionamento construído nos últimos meses, que resultou no levantamento de parte significativa das tarifas aplicadas a produtos brasileiros", informou o governo brasileiro.

Lula também falou com Trump sobre a proposta encaminhada ao Departamento de

Estado em dezembro do ano passado em relação ao fortalecimento da cooperação no combate ao crime organizado.

O presidente brasileiro "manifestou interesse em estreitar a parceria na repressão à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas, bem como no congelamento de ativos de grupos criminosos e no intercâmbio de dados sobre transações financeiras", de acordo com a Secom, que informou, ainda, que "a proposta foi bem recebida pelo presidente norte-americano".

VENEZUELA

‘Basta de ordens de Washington’, diz presidente interina

Delcy Rodríguez, presidente interina da Venezuela, disse durante um evento no domingo passado com petroleiros que não deseja mais receber ordens do governo norte-americano.

"Já basta de ordens de Washington sobre políticos na Venezuela. Que seja a política Venezuelana que resolva nossas divergências e nossos conflitos internos. Já basta de potências estrangeiras". Esta declaração de Rodríguez foi registrada e transmitida também pela Telesur, TV estatal venezuelana.

A reunião com os trabalhadores aconteceu no estado de Anzoátegui.

Delcy afirmou ainda que "já custou muito caro à República ter que encarar as consequências do fascismo e extremismo em nosso país".

Desde que sequestrou o presidente Nicolás Maduro, no dia 3 de janeiro, o governo dos Estados Unidos, através de Donald Trump, vem afirmando que está no controle da Venezuela. Os EUA também passaram a gerenciam o petróleo produzido pelo país sul-americano.

Desde que Delcy assumiu a presidência houve uma cooperação com o governo Trump, que decidiu manter no poder a vice-presidente de Maduro. A atual mandatária da Venezuela já foi ameaçada por Trump, que afirmou que "se ela não fizer o que é certo, vai pagar um preço muito alto".

Mas o líder norte-americano também já elogiou a presidente venezuelana e até a convidou para uma visita à Casa Branca.

MINNEAPOLIS

Ex-presidentes e republicanos criticam Trump por morte

A morte do norte-americano Alex Pretti, de 37 anos, no sábado passado, em Minneapolis, vem gerando uma crescente onda de críticas e protestos da oposição e até de aliados à atuação do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) dos Estados Unidos e também ao presidente Donald Trump.

Políticos importantes como Barack Obama e Bill